

Os protestos brasileiros de 2013 e as espacialidades da comunicação¹

Vinicius Martins CARRASCO de Oliveira²
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru- SP.

Resumo

Ao longo dos últimos anos, movimentos sociais em rede surgiram ao redor do globo com características semelhantes, combinando a utilização da comunicação mediada por computador como forma articuladora de eventos e mobilizações, a ocupação das cidades e do espaço público. O Brasil também pôde vivenciar uma experiência particular neste sentido durante as manifestações iniciadas a partir de junho de 2013 que, *a priori*, reivindicavam a redução de tarifa e melhoria do transporte público. O presente trabalho pretende, por meio de uma abordagem teórica e da observação do contemporâneo, situar tais protestos dentro da perspectiva da comunicação, sistematizar e apontar as características destes movimentos enquanto espacialidades comunicativas e de ativismo em rede.

Palavras-chave: Ciberativismo, Ativismo em rede / net-ativismo, Protestos de junho 2013, Comunicação, Cultura.

Abstract

Over the past year there around the globe countless social networking movements with similar characteristics, combining the use of computer-mediated communication as an articulator of events and mobilizations way, the growth of cities and public space. Brazil may also experience a particular experience in this regard during demonstrations started from June 2013 which claimed a priori tariff reduction and improved public transport. This work intends, through a theoretical approach and observation of contemporary situate such protests within the perspective of communication, systemize and pinpoint the characteristics of these movements as communicative spatiality of activism and networking.

Keywords: Cyber activism, Network activism, Brazilian protests in June 2013, Communication, Culture.

¹ Trabalho apresentado no GP CiberCulturas do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FAAC/UNESP), Bauru-SP, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Bertolli Filho. *E-mail:* vmcarrasco@hotmail.com.

Introdução

Nos últimos anos, vários movimentos sociais em rede têm surgido ao redor do mundo com características semelhantes, utilizando a comunicação mediada por computador como forma articuladora de eventos e mobilizações, a ocupação das cidades e do espaço público.

O Brasil também pôde vivenciar uma experiência particular neste sentido com protestos iniciados em junho de 2013, que inicialmente, reivindicavam a redução de tarifa e melhoria do transporte público.

Ao lançarmos olhar sobre tais manifestações o horizonte parece vasto. Múltiplas perspectivas, pontos de vista, contextos e conceitos permeiam este objeto.

Pretende-se neste recorte, por meio de uma abordagem teórica, situar tais protestos dentro da perspectiva da comunicação, sistematizar e identificar as características destes movimentos enquanto espacialidades comunicativas e de ativismo em rede. Para tanto, o percurso obedece a seguinte dinâmica. Primeiro, abordar os movimentos sociais contemporâneos enquanto objeto de estudo do campo da comunicação. Em seguida, fazer a conexão entre os movimentos sociais que ocorreram no mundo com os protestos brasileiros de 2013 relacionando-os com o ativismo em rede. Para este entendimento, parte-se da contextualização e definição desta terminologia para as características de tais protestos, sobretudo o brasileiro, e, por fim, uma discussão sobre sua relação com a comunicação.

De acordo com Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p.15), a internet nos permite ver mais interações sociais do que jamais esperávamos. Para as autoras, a questão que envolve “o novo mundo dos sistemas complexos” atravessa todas as ciências.

Em concordância, mas em aspecto mais estreito, Di Felice (2013) ressalta que os movimentos sociais *online* que se espalharam nos últimos anos ao redor do mundo constituem “um desafio teórico importante” para diversas áreas do conhecimento sob diversos aspectos. Chamam atenção, por exemplo, pontos como a identificação da natureza de tais ações, dada à qualidade conectiva e tecnológica de seu agir, a criação de um novo tipo de localidade, informativa e material ao mesmo tempo e a “expressão de uma inédita condição habitativa que reúne humanos, circuitos informativos e territorialidades”.

É notório, que alguns estudos teóricos acerca do tema contemplam a Sociologia, uma vez que tal assunto engloba conceitos de sociedade, espaço, tempo e relações humanas, por exemplo. Outros como este se propõem a compreender e analisar tais movimentos dentro da perspectiva da comunicação.

Sonia Aguiar e Suzana Barbosa (2010, p. 472) ajudam o entendimento deste propósito com sua definição enciclopédica de “espacialidades da comunicação” como

expressão que abrange todos os referenciais, formas e processos espaciais que afetam as interações humanas e que orientam a produção, a distribuição, a recepção e o consumo de conteúdos, formatos, meios e tecnologias de informação e comunicação. Abrangem, também, a produção discursiva das noções de espaço, lugar, localidades, região, território e territorialidade, indissociáveis da cultura e da política.

As autoras reforçam que as espacialidades da comunicação, pensadas a partir das concepções de David Harvey (2001, 2006)³ sobre os “espaços do capital” e os “espaços de esperança”, são indissociáveis da dinâmica geográfica da expansão capitalista e do processo de globalização, da assimetria entre produção e consumo de bens simbólicos, do global ao local; da organização geopolítica dos conglomerados transnacionais de mídia e serviços de informação e espaço de fluxos das práticas sociais na chamada “sociedade em rede” (CASTELLS, 2003); e das táticas dispersas de contrainformação e contrafluxos midiáticos. Para Aguiar e Suzana Barbosa (2010), esta espacialidade vai além. Na vida cotidiana, designa os processos de construção de novas relações espaço-temporais, seja por meio da comunicação digital, que promove o encurtamento simbólico das distâncias e a quebra de fronteiras, ou através das mídias locativas e dos dispositivos de comunicação móvel, geradores dos referenciais de “aqui” e “agora”. Tal conceito, para as autoras, também abarca a cibercultura e suas “espacialidades híbridas” ou “interlugares” que se situam entre “as localidades concretas e o ciberespaço” e o glocal, que dá nova função ao global a partir do reforço do local, trabalhando a produção e difusão de conteúdos.

Ferrara (2008, p. 26), ao tratar do caráter epistemológico do ciberespaço e sua relação entre espaço e cultura e, sobretudo, a cibercultura, reforça a característica comunicativa ao afirmar que tais conceitos são “credores de um capital cognitivo que transforma a tecnologia digital em um meio comunicativo” promotor de “interfaces, interatividades e longínquas e duvidosas, porém possíveis, inclusões sociais, políticas e culturais”.

Como destacam Amaral e Montardo (2012), a cibercultura pode ser compreendida sob várias abordagens teóricas como, por exemplo, definições que privilegiam aspectos contraculturais de sua história como para Turner (2006)⁴, àquelas voltadas aos aspectos

³ HARVEY, D. *Espacos de esperanca*. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. *Spaces of capital: towards a critical Geography*. New York: Routledge, 2001.

⁴ TURNER, F. *From Counterculture to Cyberculture*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

sociais dos fenômenos culturais emergentes como em Lévy (1999) e em Lemos (2002)⁵, ou como um subcampo emergente da comunicação assim como para Felinto (2007)⁶.

Para Lévy (1999, p.17), a cibercultura pode ser entendida como “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o ciberespaço” que, por sua vez, seria um novo espaço de comunicação e sociabilidade que foge dos padrões convencionais de espaço e tempo.

Já para Trivinho (2007 *apud* FELINTO 2007)⁷, o conceito de cibercultura “equivale a um processo social-histórico bem mais vasto e complexo”.

A abordagem aqui apresentada se articula dentro da Divisão Temática Multimídia⁸, que envolve as discussões em torno da comunicação mediada por computador, da cibercultura e dos conteúdos digitais em seus múltiplos aspectos e interconexões com a questão comunicacional, sobretudo com o Grupo de Pesquisa sobre Cibercultura⁹ deste evento, o qual tem como objeto o desenvolvimento da Comunicação Mediada por Computador (CMC) e seus efeitos sobre a indústria de comunicação e a sociedade, sobretudo sua quarta seção que discute abstratamente a relação entre tecnologias de comunicação e cultura, tomando como base a comunicação mediada por computador.

No mesmo sentido, também se relaciona com o eixo temático central deste congresso¹⁰, que “procura abordar também papéis e cenários da comunicação na sua relação com tempos conflituosos e, ao mesmo tempo, as suas estratégias narrativas” e se propõe a “refletir sobre a relação comunicação e movimentos sociais; comunicação e multidão; comunicação e urbanidades; comunicação e cenários de guerra” (reais e simbólicas), que emergem na dinâmica dos formatos e formas de comunicar no século XXI.

Feitas tais considerações, parte-se agora para as especificidades dos movimentos sociais contemporâneos.

⁵ LEMOS, A. *Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 1. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2002.

⁶ FELINTO, E. *Think Different: Estilos de Vida Digitais e a Cibercultura como Expressão Cultural*. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n.37, Dez. 2008.

⁷ TRIVINHO, Eugênio (2007). *A Dromocracia Cibercultural: Lógica da Vida humana na Civilização Mediática Avançada*. São Paulo: Paulus.

⁸ In DT5 - Comunicação Multimídia. Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=774:dt5-comunicacao-multimidia&catid=100>. Acesso em 01 de junho de 2014.

⁹ In DT5 - GP Cibercultura.s Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=356:dt5-ciberculturas&catid=100>. Acesso em 01 de junho de 2014.

¹⁰ In “Tema Central: Comunicação Guerra & Paz”. Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4887&catid=307>. Acesso em 01 de junho de 2014.

Geograficamente distantes, mas com semelhanças – considerações sobre os movimentos sociais contemporâneos.

O que poderia haver de comum, por exemplo, entre a chamada Primavera Árabe, que congrega, a partir de 2011, um conjunto de levantes contra os regimes ditatoriais em países árabes do Norte da África e do Oriente Médio como Tunísia, Egito, Líbano, Jordânia, Líbia, territórios palestinos etc.; os Movimento dos Indignados ou 15M¹¹, que por sua vez, surge em Madri, Espanha, em 15 de maio de 2011, contra o poder dos bancos, a crise enfrentada pelo país e como luta por uma democracia direta; o *Occupy Wall Street*¹², protestos contra o sistema financeiro nos Estados Unidos, em 17 de setembro em 2011; e os protestos ocorridos no Brasil partir de junho de 2013 contra o aumento nas tarifas do transporte coletivo das principais capitais brasileiras como, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo?

Os protestos e movimentos sociais que emergiram neste limiar do século XXI podem estar geograficamente distantes, mas estão conectados por algumas semelhanças e proximidades peculiares dos chamados movimentos em rede.

Coforme destaca Di Felice (2013), a pesquisa internacional intitulada *Net-ativismo: ações colaborativas e novas formas de participação em redes digitais*, que se desenvolveu durante 2011 e 2013, identificou algumas características comuns que marcaram as ações net-ativistas em diversos países. Manuel Castells (2013) também traz contribuições sobre aspectos destas manifestações em sua obra que trata especificamente sobre os protestos contemporâneos ao redor do mundo. Apesar de dialogarem em alguns pontos, Di Felice (2013) caracteriza a abordagem do pesquisador espanhol como sociológica o que, segundo ele, a limitaria no que tange à questão comunicativa.

Inicialmente, para efeito didático, tais protestos precisam ser situados dentro da perspectiva do ativismo em rede.

A perspectiva do ativismo em rede

Di Felice (2013, p. 52) destaca que Manuel Castells foi um dos pioneiros a considerar o papel relevante das tecnologias da informação e comunicação para a transformação sociopolítica e econômica ao distinguir cinco principais características da

¹¹ Para saber mais, acesse a página do movimento na internet: <http://www.movimiento15m.org/>

¹² Veja a página do movimento para mais informações: <http://occupywallst.org/>

sociedade em rede: a informação, a flexibilização da produção, a lógica reticular, a difusão e a convergência das tecnologias digitais de comunicação. De acordo com Di Felice (2013, p. 52 –53), para Castells, passamos de “um modo de produção burocrático e verticalizado para uma estrutura reticular e horizontal, característica de um novo paradigma comunicativo e produtivo” no “a lógica da rede passa a definir os processos sociais dominantes”.

Segundo Di Felice (2013), com a expansão da internet, começou a surgir uma série de movimentos de ação direta, com práticas sociais e comunicativas específicas, realizando novas formas de conflitualidades sociais. Surge, nos anos de 1990, o termo ciberativismo, que de acordo com o autor (p. 54), em termos gerais, refere-se a como utilizar a internet para dar suporte a movimentos globais e às causas locais, utilizando as arquiteturas informativas da rede para difundir informação, promover a discussão coletiva de ideias e a proposição de ações, criando canais de participação (conforme Lemos, 2003).

Para Lemos (2003), o ciberativismo busca mobilizar, informar e agir, usando as novas tecnologias do ciberespaço como suporte essencial de luta, criando canais de participação. Segundo ele, é possível pensar em três categorias de ciberativismo: 1) conscientização e informação através de campanhas como as de cunho ambiental, por exemplo; 2) organização e mobilização, a partir da Internet, para uma determinada ação (convite para ações concretas nas cidades), como é o caso dos movimentos de junho que são objeto deste artigo e; 3) iniciativas “hacktivistas”, que contemplam ações na rede, envolvendo diversos tipos de atos eletrônicos como o envio em massa de e-mails, criação de listas de apoio e abaixo-assinados etc. Há, neste sentido, uma aproximação com Sandor Veight (2003, p. 72 *apud* BECKER 2010)¹³, que compreende que o ciberativismo, quanto à finalidade, se constitui basicamente em três áreas: a “conscientização/apoio, organização/mobilização e ação/reação”.

Fragoso, Recuero e Amaral (2011, p. 47), por sua vez, definem o ciberativismo, como “a potencialização do indivíduo/coletividade em termos de ação política na internet” e o apresentam como uma das categorias a serem abordadas no contexto de pesquisa e “perspectivas metodológicas construídas para as problemáticas relativas à própria comunicação mediada por computador” (2011, p. 18).

¹³ VEGH, Sandor. *Classifying forms of online activism: the case of cyberprotests against the World Bank*. In: McCaughey, Martha; Ayers, Michael D. (Ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice*. London: Routledge, 2003.

Tal conceito, entretanto, segundo Di Felice (2013), teria se transformado, por não se limitar à incorporação da internet aos processos comunicativos do ativismo, delineando-se como “uma forma intensiva de interação em rede entre indivíduos, território e tecnologias digitais, designativa da conectividade característica da ação social em e nas redes” (2013, p. 54), havendo assim uma mudança do ciberativismo para outra terminologia derivada da reinterpretação do termo *netactivism* ou net-ativismo, que deu título ao livro de Ed Schwartz (1996) e que indica a simplificação da expressão *Network-Ativism*, como forma de não restringir seu significado ao âmbito da democracia eletrônica e das redes cidadãs de participação política ou aos usos da internet propostos pelo ciberativismo, mas também com a finalidade de “analisar uma nova forma de ativismo digital em rede e na rede que se articula como maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade no âmbito dos movimentos *new-global*”, caracterizados não pela oposição à globalização, mas pelo advento de uma identidade cidadã global, habitante das redes digitais, que não nega a diversidade local e cujas pautas reivindicatórias e de ação glocal avançam na direção do atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade (2013, p. 54).

Com a necessidade aprofundar o significado de ação social, Di Felice distingue historicamente três principais fases do net-ativismo.

A primeira fase, que podemos considerar como uma fase embrionária, está ligada ao advento da internet na sua primeira forma de rede de computadores, que torna possível a divulgação e o compartilhamento de textos e de primeiras ações com caráter global entre os internautas. A segunda fase, ao contrário, é marcada pela experimentação das primeiras formas de conflitualidades sociais que pela internet deslocam a ação social para uma espacialidade informático--planetária. A terceira se caracteriza pelo advento da web 2.0 e dos *social network* e se exprimem, além de que, em movimentos de protestos, subversões de vários tipos, na constituição de redes eficazes de ativismo e de colaboração. (2013, p. 55)

Os protestos brasileiros de 2013 se enquadrariam no terceiro momento que, segundo Di Felice (2013, p. 55-58), é marcado pela “passagem de uma forma de conflitualidade informativa-mediática para formas reticulares autônomas e colaborativas de ativismo” responsáveis, em muitos casos, pela “implementação de radicais processos de transformação ou pelo surgimento de novos atores e de amplos movimentos surgidos contra os partidos políticos e a corrupção, tornando difícil e inseguras as ações de governos de diversos”.

Feita tal contextualização, a seguir, serão apresentadas considerações sobre os movimentos sociais contemporâneos e particularidades dos protestos brasileiros.

Características dos movimentos sociais contemporâneos

Os movimentos sociais contemporâneos nascem nas redes, das conexões dos indivíduos e de suas trocas informativas. Os grupos e atores utilizam as redes sociais digitais para se articular, marcar protestos e ações, mas também, ao ganharem as ruas, elas se tornam plataformas que dão vozes ao que está ocorrendo através das postagens de fotos, comentários etc. Seguem o mesmo princípio da mobilidade em redes em suas conexões também no que se refere às reivindicações.

Di Felice (2013), com base nos dados da pesquisa já mencionada da qual fez parte, sistematiza as características dos movimentos sociais contemporâneos contrapondo-as as dos movimentos modernos.

Para o autor, a primeira característica refere-se à “particular ecologia de tais ações e nas suas múltiplas localidades”, que têm como origem as redes digitais e continuam nas ruas das cidades, sem deixar a sua dimensão informativo-digital, sendo filmadas, transmitidas, fotografadas, postadas e comentadas *online*. Nesta perspectiva, conforme o autor, uma localidade, portanto, não mais expressa as contraposições real/virtual, público/privado, mas se refere à questões conectivas.

A imprevisibilidade, temporalidade sincrônica e não linearidade de suas ações que se apresentam como o conjunto de ações não apenas humanas, isto é, não apenas expressões da vontade de um sujeito ator, de movimentos sociais ou de opinião, mas resultado da sinergia de diversos actantes¹⁴ (circuito informativo, dispositivos, *smarthphones*, câmaras digitais, gravadores, redes sociais, como Facebook, movimentos sociais, indivíduos, etc.) também são apontadas como características destes movimentos.

Tais características são observadas no caso brasileiro, no qual, no próprio curso dos protestos são tomadas decisões fazendo com que a dinâmica se construa e (re)construa dessas interações.

¹⁴ Di Felice (2013) refere-se ao conceito usado por Bruno Latour e a teoria do Ator-Rede, pela qual é possível definir ator como qualquer membro, humano ou não, que contribui para o desfecho de uma ação.

Neste sentido, o que caracteriza estas ações e seu espaço é o que o autor chama de “especificidade atópica” ou atopia¹⁵ e as info-localidades fruto das contínuas interações de trocas de fluxos informativos entre indivíduos, dispositivos de conectividade, banco de dados, circuitos informativos e territorialidades, fazendo que a distinção entre espaços físicos e informativos também passe a ser inadequada (p.65-66).

Outras características também foram observadas: o formato organizativo em rede a-hierárquico; a valorização do anonimato e a recusa de uma identidade política (o que chamo apartidarismo), ideológica ou sintetizada em figuras carismáticas ou em líderes (ausência de liderança); recusa da institucionalização, expressa seja na comum aversão aos partidos políticos de qualquer tendência, seja na recusa, de se tornar uma força política institucional.

O Movimento Passe Livre (MPL)¹⁶, um dos principais atores sociais dos protestos, se autointitula “um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” e como “movimento social brasileiro que luta pro transporte público”.

Outro ponto a ser destacado é a existência de um discurso sem ideologia e objetivos cosmopolíticos múltiplos.

Observa-se que, o próprio MPL declara que “uma das principais bandeiras do movimento é a migração do sistema de transporte privado para um sistema público, garantindo o acesso universal através do passe livre para todas as camadas da população”, além de aprofundar o debate sobre o direito de ir e vir, sobre a mobilidade urbana nas grandes cidades e sobre um novo modelo de transporte para o Brasil. Contudo, durante os protestos que ganharam as ruas, viu-se que a pauta de reivindicações se ampliou para questões sociais como educação, saúde, segurança, corrupção, carga tributária e até os gastos públicos com eventos esportivos como a Copa do Mundo de 2014, e a PEC 37¹⁷.

Slavoj Žižek (2013, p. 189-190) lembra que esta é uma tendência dos protestos e revoltas atuais, sustentados pela sobreposição de diferentes níveis, e é esta combinação de propostas que representa sua força: eles lutam pela democracia, contra regimes autoritários, contra o racismo e o sexismo, contra o ódio dirigido a imigrantes e refugiados; pelo estado

¹⁵ Segundo Di Felice (2013), o termo grego expressa a junção do prefixo alfa “privativo” com a palavra topos (lugar) que a uma tradução atenta não remete à ausência de lugar, mas a uma localidade estranha, uma localidade fora do local, uma localidade indizível.

¹⁶ Mais informações sobre o Movimento Passe Livre (MPL) na página oficial (<http://www.mpl.org.br>) ou em seu perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivrempl/info> ou nas páginas da vertente paulistana (<http://saopaulo.mpl.org.br/>) ou no perfil no Facebook (<https://www.facebook.com/passelivresp/info>).

¹⁷ A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011, PEC 37, foi proposta pelo deputado Lourival Mendes (PT do B do Maranhão) para limitar o poder de investigação criminal a polícias federais e civis, retirando-o de, entre outras entidades, o Ministério Público. Em 25 de junho de 2013, em plena efervescência dos protestos, ela foi posta em votação e rejeitada com 430 votos contrários, 9 votos a favor e duas abstenções.

de bem-estar social contra o neoliberalismo, contra a corrupção na política, mas também na economia (empresas que poluem o meio ambiente etc.), por novas formas de democracia e, finalmente, questionando o sistema capitalista mundial.

Castells (2013, p. 14) afirma que, ao longo da história, os movimentos sociais, “são produtores de novos valores objetivos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas normas para organizar a vida social. Eles exercem o contrapoder constituindo-se mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Para ele, os movimentos sociais também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano.

Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos (2013, p. 14-15).

Fundamentalmente, segundo Castells, este novo espaço público e híbrido situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma e transformadora. “A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação” (2013, p. 16).

No mesmo sentido, Malini e Antoun (2013, p.174-175) afirmam que, no passado, a indignação das populações acabava capturada por golpes de estado de grupos ideológicos intolerantes e violentos, mas hoje as populações reunidas nos movimentos sociais e ações coletivas não precisam que os intermediários falem por elas através das mídias de massa e instituições políticas. Segundo os autores, a internet gerou uma mídia livre e se revelou um megaespaço público onde qualquer um tem voz e pode falar por si mesmo o que, por sua vez, permitiu que os movimentos sociais falem diretamente através de seus manifestantes sem precisar que líderes e porta-vozes. “A verdade do enunciante se liberta da servidão do enunciado e da escravidão performática dos dispositivos de enunciação”, destacam.

Sobre estas questões, Raquel Rolnik (2013, p.15) ressalta utilizando as próprias palavras do MPL-SP:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das

metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano.

Ela acrescenta que outros temas e agendas “podem ser lidos e interpretados”: a participação, através de sua expressão mais radical, a autogestão, e as novas maneiras e métodos de fazer política tomaram as ruas como forma de expressar revolta, indignação e protesto.

Castells (2013) traça diferenças entre os movimentos sociais do passado, cuja história reforçava a figura do herói ou de um líder específico, e os movimentos do século XXI, desenvolvidos ou orquestrados por indivíduos, mas unidos através de uma coletividade conectada pelo processo de comunicação e também por afinidade, muito mais emocional e afetivamente. Esta questão do emocional se aproxima do que defende o pensador italiano Michel Maffesoli. Em *O Tempo das Tribos* (1998), ele aborda a “Comunidade Emocional” (cf. Weber) e afirma que as pessoas se unem por uma emoção coletiva e configuram-se em laços sociais e comunidades efêmeras, mutantes e estruturadas no cotidiano. As mesmas são baseadas em certa proximidade, afinidade ou identificação, de emoções, paixões, sentimentos e opiniões individuais aglutinados gerando também uma espécie de emoção coletiva.

Seguindo o seu raciocínio, Castells (2013, p. 19) afirma que, para que o processo de comunicação, que será este *start* de ativação inicial, opere, há duas exigências: a consonância cognitiva entre emissores e receptores da mensagem (a espécie de identificação mencionada anteriormente) e um canal de comunicação eficaz:

a segunda condição para que as experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propague os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva (2014, p. 19)

O pensador espanhol (2013, p.19-20) lembra que a relação entre os movimentos sociais e a comunicação é algo observado historicamente. Se hoje temos formas ou veículos de propagação mais rápidos como as redes sociais, comunicação multimídia, multimodal e horizontal, a ocupação das ruas, antes, os movimentos utilizavam-se de boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Para ele, as características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam os traços

organizacionais do próprio movimento: “quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero” (2013, p.20).

O autor (2013, p. 21) classifica os movimentos sociais em rede contemporâneos como “arautos da mudança social no século XXI” e reforça o caráter de propagação dos mesmos ao afirmar que eles se espalharam “por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (2013, p. 8). Castells apresenta aqui a crença otimista no poder de transformação iniciado com esses movimentos em rede.

Da segurança do ciberespaço, as pessoas de todas as idades e condições passaram a ocupar o espaço público, num encontro às cegas entre si e com o destino que desejavam forjar, ao reivindicar seu direito de fazer história – sua história – numa manifestação da autoconsciência que sempre caracterizou os grandes movimentos sociais. (2013, p. 8).

O sociólogo espanhol (2013) destaca, ainda, como peculiaridade dos movimentos sociais em rede contemporâneos, a conexão “em múltiplas formas” ou “multimodal” por incluírem redes sociais *on-line* e *off-line*, redes preexistentes e outras formadas durante as ações do movimento, quer dentro do movimento, com outros movimentos pelo mundo, com a blogosfera da internet, com a mídia e com a sociedade (p.159-160).

Para o autor, embora estes movimentos, geralmente, comecem nas redes sociais da internet, “eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano, seja por ocupação permanente de praças públicas, seja pela persistência das manifestações de rua”, e desenvolveriam uma “nova forma espacial” que ele chama de “espaço da autonomia”.

O espaço do movimento é sempre feito de uma interação do espaço dos fluxos na internet e nas redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome de espaço da autonomia, porque só se pode garantir autonomia pela capacidade de se organizar no espaço livre das redes de comunicação; mas ao mesmo tempo, ela pode ser exercida como força transformadora, desafiando a ordem institucional disciplinar, ao reclamar o espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio torna-se retirada. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço de fluxos equivale a um ativismo interrompido. (p.160-161)

Deste modo, eles não precisariam de uma liderança central, de comando ou controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções, segundo Castells.

Para o pensador espanhol (2013, p.160), os movimentos são simultaneamente locais e globais, começando em contextos específicos, mas se conectando com o mundo inteiro, com outras experiências e aprendendo com elas; também são atemporais, gerando suas próprias formas de tempo (p.161) e virais, seguindo a lógica das redes na internet na propagação e difusão de mensagens em si, particularmente das imagens de mobilização, mas em função do efeito demonstração dos movimentos que brotam por toda parte (p.162).

Apesar de semelhanças com relação às características dos movimentos e de destacar a importância do pensador espanhol sobre o tema, segundo Di Felice (2013), as considerações de Castells (2013 p. 11) acerca do conceito de comunicação, restrito ao “processo de compartilhar significados pela troca das informações” se reduzem à sua função social (comunicação socializada), aproximando a sua análise sobre as interações entre redes digitais e movimentos sociais à perspectiva designada como disseminativa por John Durham Peters, que, em *Speaking Into the Air. A History of the Idea of Communication*, distingue dois principais tipos de comunicação: a forma da disseminação e a do diálogo. Enquanto a primeira exprime as formas da divulgação das informações de um emissor que busca difundir seus conteúdos para quem possa interessar, a segunda, ao contrário, reforça um tipo de laço estreito e produz um tipo de interação particular, na qual os participantes não possuem o controle sobre o conteúdo, mas o constroem de forma relacional. (DI FELICE, 2013, p. 59 – 60).

Isso “prejudica e limita a análise do sociólogo espanhol”, de acordo com Di Felice, que argumenta que a outra perspectiva de Peters, convida as pessoas para pensar as redes digitais não a partir de sua função social e do seu poder de transformação, mas como uma forma criadora, aproximando-se do “dinamismo reticular não sistêmico” da Teoria ator-rede, de Michel Callon (1986) e Bruno Latour, que propõe a passagem da sociologia para a ciência das associações, trocas e atos conectivos, diferente das interpretações sociológicas sobre ação social.

A ideia de rede disseminativa, que considera as redes como parte de uma estrutura social maior, pretende explicar os movimentos sociais em rede, sua organização e suas ações como práticas sociais, evitando questionar a autoria da ação, portanto, quem age, quem são os atores e seus sociais, limitando, conseqüentemente, à análise do net-ativismo às dimensões políticas e dialéticas dos conflitos entre Estado e redes de movimentos. A ideia de rede de diálogo, ao contrário, enfatiza a necessidade de pensar a qualidade do social desenvolvida pelos movimentos net-ativistas que constroem suas ações através da constituição de uma complexa ecologia que reúnem e agregam humanos, circuitos informativos, interfaces,

dispositivos de conexões, banco de dados, social network, imprensa, mídias etc. (DI FELICE, 2013, p.64).

Dessa forma, dada complexidade do objeto, expandem-se as dimensões e frentes a serem abordadas e exploradas pela comunicação, como já destacado.

Considerações

Diante do exposto, tentou-se, por meio de uma abordagem teórica, situar os protestos brasileiros de junho de 2013 dentro da perspectiva da comunicação, apresentando suas principais características enquanto espacialidades comunicativas e de ativismo em rede.

Argumentou-se que, tais movimentos contemporâneos, embora possam ser entendidos ou analisados numa perspectiva trans ou multidisciplinar, são objeto de estudo do campo da comunicação, principalmente, no que tange ao ato comunicativo, à relação entre tecnologias de comunicação e cultura, tomando como base a comunicação mediada por computador e às interações entre indivíduos por meio de processos de construção de novas relações espaço-temporais e do ativismo em rede.

De maneira complexa e ampla, para tal compreensão é necessário, mais que entender os processos, fluxos, a questão informacional, dinâmicas e relações entre os atores sociais e suas ações em rede. Assim, como se busca entender tais fenômenos sob a perspectiva da comunicação, cabe perguntar: o que comunicam estes movimentos?

Tais protestos ou movimentos emergem como ecos ou ressonâncias que comunicam um descontentamento coletivo com questões sociais e políticas, uma insatisfação e a necessidade de mudança que merecem ser observados. Aqui se observa uma aproximação com o sentido clássico da comunicação enquanto partilha. O articular em redes digitais e ir às ruas podem ser encarados como tentativas de vencer o descaso das instituições de governo e a falta de representatividade política e também como possibilidade de manifestação democrática que, através do ativismo, em forma de ações como as que observamos durante os protestos brasileiros, podem ir além de um *click*. Neste sentido, assim como defende Castells (2013, p. 170), transitam do compartilhamento de sua sociabilidade para o compartilhamento de sua indignação, de sua esperança e de luta. Por mais que se aproxime aqui de uma abordagem sociológica ou política, das quais não estão dissociadas, o foco da comunicação reside em outros aspectos, como já mencionado.

Sob uma perspectiva otimista, diante de todo o exposto aqui, acredita-se no potencial de ação e comunicativo das redes e movimentos sociais com todas as suas interações e possibilidades com uso das tecnologias. Sob um olhar mais cético, talvez seja difícil enxergar mudanças mais profundas em curto e médio prazo em questões que se anunciam tão profundas. Contudo, a ressonância do “grito das ruas” e todo complexo sistema que o envolve já produziu alguns efeitos: o ampliar da reflexão sobre essas novas formas de interação, do comunicar e a visualização concreta do papel e do espaço singular e fundamental da comunicação.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Sonia; BARBOSA, Suzana. *Espacialidades da Comunicação*. In *Enciclopédia INTERCOM de Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 471 a 472.
- AMARAL, Adriana da Rosa; MONTARDO, Sandra. *Mapeamento temático da história da cibercultura no Brasil*. 2012. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-2241-1.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2014.
- ANTOUN, Henrique; MALINI, Fábio. *A internet e a rua - Ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre, Sulina, 2013.
- BECKER, Maria Lucia. *Cibertativismo*. In *Enciclopédia INTERCOM de Comunicação*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, vol. 1 – Conceitos, São Paulo, 2010, p. 175-176.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Jorge Zahar Editor Ltda, 2013.
- DI FELICE, Massimo. *Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas*. MATRIZES, v. 7, n. 2, p. 49-71, 2013.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Ciberespaço: conceito á procura de um nome*. Revista FAMECOS-Mídia, Cultura e Tecnologia, v. 3, n. 37, 2008.
- FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, v. 1, 2011.
- HARVEY, David. *A liberdade da cidade*. In HARVEY, David et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, 2013, p. 47-6.
- LEMONS, André. *Ciberativismo*. 2003. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/lemons/ciberativismo.pdf>. Acesso em 01 set 2013.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAFFESOLLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- ROLNIK, Raquel. *Apresentação As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In HARVEY, David et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, 2013, p. 9-20.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Problemas no Paraíso*. In HARVEY, David et al. *Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial, 2013, p. 181-195.